

Espírito Santo. Produção do Estado chegou a 300 mil barris por dia no final de dezembro

R\$ 1,2 bilhão em royalties

Dinheiro chegará somente se não houver alteração nas regras de distribuição

DENISE ZANDONADI
dzandonadi@redgazeta.com.br

■ As perspectivas são muito boas para o Espírito Santo em 2011 no que se refere à arrecadação de royalties: em relação ao ano passado, os caixas do governo estadual e dos 78 municípios deverão receber algo em torno de R\$ 1,2 bilhão numa estimativa conservadora. Mas, esse dinheiro chegará somente se não forem alteradas as regras em vigor para a distribuição de royalties de petróleo e gás.

A previsão de arrecadação do dinheiro do petróleo foi feita pelo secretário estadual de Desenvolvimento, Márcio Félix Bezerra, a partir do que o Estado e os municípios produtores receberam em 2010, além dos

que não produzem. No ano passado, foram repassados ao Estado e cidades capixabas cerca de R\$ 800 milhões.

Considerando o aumento da produção estimado para este ano, tanto nos campos marítimos quanto nos poços em terra, e considerando também a variação cambial, espera-se um aumento de 50%, ou seja, serão pelo menos mais R\$ 400 milhões que serão repassados pelas companhias petrolíferas que produzem petróleo e gás no Estado.

A produção no Estado chegou a 300 mil barris por dia no final de dezembro, mas não foi a média do mês. Em função de paradas de plataformas e mesmo declínio de poços em terra, a expectativa é de que, em 2011, a média mensal de produção fique em torno de 300 mil barris por dia, podendo superar esse volume em alguns dias ou mesmo semanas. Essa média é que deve-

rá gerar R\$ 1,2 bilhão de royalties ao longo do ano.

POLÊMICA

Essa situação poderá não se concretizar caso o Congresso nacional não aprove o projeto de lei encaminhado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na última semana de dezembro de 2010. Antes de encaminhar esse projeto de lei, Lula vetou o

artigo da lei, aprovada na Câmara e no Senado, que previa a distribuição igualitária dos royalties para todos os municípios e Estados brasileiros.

O novo projeto propõe a manutenção da distribuição dos royalties exatamente como vem sendo feita para as áreas que já foram concedidas. Isso significa que no caso dos campos em produção e os

que ainda não produzem, mas já foram leiloados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), tudo fica como está.

Em relação às áreas do pré-sal, que despertam a cobiça dos governadores e prefeitos que hoje não recebem como produtores, o projeto prevê alíquotas diferenciadas. Essa é a proposta que será discutida e votada no Con-

gresso ao longo deste ano.

Depois de muita negociação entre Lula e os governadores do Rio e Espírito Santo, a proposta ficou a seguinte: 25% para os Estados produtores; 6% para municípios produtores; 3% para municípios com equipamentos para embarque e desembarque; 22% para municípios não produtores, 22% para Estados não produtores e 22% para a União.

d. Petróleo-ES